



**PROGRAMAÇÃO**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**Temas atuais em Tributos Estaduais e Municipais**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b>  Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto  Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo  Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	De 26 de fevereiro a 03 de abril de 2024		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	Período do curso: de 05 a 10 de abril de 2024  Dias e horários das aulas presenciais: 05 e 08 de abril de 2024, das 9h às 13h e das 14h às 18h.  Período das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): de 05 a 10 de abril de 2024		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>  (Res. 02/2016 ENFAM)	Curso de formação continuada	<b>CARGA HORÁRIA</b>	20 horas
<b>MODALIDADE</b>	PRESENCIAL	<b>Nº DE VAGAS</b>	50
<b>LOCAL</b>	Sala de aula EMERJ e Plataforma Moodle ( <a href="http://virtual.emerj.com.br/">http://virtual.emerj.com.br/</a> )		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Jurisprudência atualizada dos tribunais superiores. Controvérsias relevantes nos tribunais.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			

<p><b>EIXOS E SUBEIXOS</b></p>	<p><b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b></p> <p>Temas em Direito Tributário</p>
<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>	<p>Segundo a plataforma “Corte Aberta”, em 2023, o Supremo Tribunal Federal proferiu mais de 11 mil decisões em matéria tributária, quase 12% do total de decisões.</p> <p>A despeito de muitas se tratar de questões processuais, casos de grande repercussão em matéria tributária, em especial que tratam de tributos municipais e estaduais, foram submetidos aos tribunais superiores.</p> <p>As teses fixadas pelo STJ e pelo STF se refletem em milhares de ações em curso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além disso, seus fundamentos podem servir de norte para questões outras em matéria tributária que venham a ser submetidas ao exame deste Tribunal.</p> <p>Neste sentido, a realização deste curso, revisitando conceitos básicos de tributos estaduais e municipais aliados à análise do caso concreto é uma forma de atualizar os magistrados diante da multiplicidade de temas tratados e das especificidades das questões tributárias.</p>
<p><b>OBJETIVO GERAL</b></p>	<p>O magistrado, ao concluir o curso, estará apto a decidir questões a respeito de tributos estaduais e municipais compreendendo as teses que foram fixadas e as conclusões que podem ser extraídas das decisões dos tribunais superiores, bem como o possível reflexo de tais discussões em outros julgamentos que estejam em curso.</p>
<p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b></p>	<p>Ao final da aula 1, o magistrado será capaz de compreender os conceitos envolvidos nas seguintes controvérsias: (i) incidência de ITBI na cessão de direitos de compra e venda sem registro imobiliário (Tema 1.124 RG do STF); (ii) definição da base de cálculo do ITBI (Tema 1.113 STJ); (iii) imunidade do art. 156, §2º, inc. I, da CF/88; (iv) responsabilidade tributária do credor fiduciário na execução fiscal de cobrança de IPTU (Tema 1158 STJ) e (v) local da prestação do serviço e importação de serviços.</p> <p>Ao final da aula 2, o magistrado será capaz de compreender os conceitos envolvidos no julgamento do Tema 633 RG que negou a possibilidade de aproveitamento de créditos de ICMS sobre bens de uso e consumo do estabelecimento empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, para tanto será abordada a forma de incidência de ICMS, sua base de cálculo, distinção entre crédito físico e crédito financeiro, bem como o entendimento do STJ e o reflexo da decisão do STF. Outras controvérsias a serem tratadas dizem respeito aos efeitos das garantias judiciais para fins de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, questões relacionadas ao levantamento de depósitos judiciais, aplicando os saberes aos casos concretos.</p>

	<p>Ao final da aula 3 o magistrado estará apto a validar a discussão travada na ADC 49, que trata do deslocamento de mercadorias pelo mesmo contribuinte, tais como autonomia de estabelecimentos, modulação de efeitos e coisa julgada tributária. Outra controvérsia que será tratada se refere à ADI 5635, na qual o STF entendeu pela constitucionalidade do condicionamento de benefícios fiscais a depósitos em fundo estadual, tratando do conceito de benefício fiscal e FECF, aplicando os saberes aos casos concretos.</p> <p>Ao final da aula 4 o magistrado estará apto a estimar a discussão travada com relação à cobrança do diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL-ICMS) cobrado no deslocamento de bens destinados ao ativo imobilizado ou para uso e consumo (Tema 1.093 RG do STF), o diferencial de alíquota de ICMS cobrado pelos Estados de micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional (Tema 517 RG do STF), questões relacionadas à anterioridade e à legalidade tributária (Tema 1.284 RG do STF), aplicando os saberes aos casos concretos.</p>
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO</b>	<p><b>Flávia Romano de Rezende</b></p> <p>Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na 17ª Câmara Cível Membro do Fórum permanente de Direito Empresarial. Vice-Presidente do Fórum Permanente de Direito Tributário. Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Possui certificação Formação de Formadores/ENFAM. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/0225005473081010">http://lattes.cnpq.br/0225005473081010</a></p>
<b>DOCENTES</b> <b>AULAS</b> <b>PRESENCIAIS</b>	<p><b>Andrea Veloso Correia</b></p> <p>Professora convidado da Fundação Getúlio Vargas- FGV-RIO, da Faculdade Mackenzie- Rio, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro- EMERJ e da Escola Superior da Advocacia Pública- PGE/RJ e Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Atua na área do Direito Tributário. Graduação em Direito.</p> <p><b>Nilson Furtado de Oliveira Filho</b></p> <p>Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor convidado nas cadeiras de Direito Tributário e Direito Financeiro da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e IBMEC. Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 2000, onde já exerceu o cargo em comissão de Procurador-Chefe da Dívida Ativa e da Procuradoria Tributária e Subsecretário de Assuntos Jurídicos da SEFAZ/RJ. É Representante da Fazenda no Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro. Link para o lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3252332839314419">http://lattes.cnpq.br/3252332839314419</a></p>

	<p><b>João Paulo Melo do Nascimento</b> Mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ. Procurador-Assistente da Procuradoria Tributária (PGE/RJ). Representante Geral da Fazenda Substituto junto ao Conselho de Contribuintes do Estado. Autor do livro “Ativismo Judicial no Sistema Tributário Nacional” (Lumen Juris, 2018). Formação executiva em Política Tributária Comparada e Regulação pela Havard Kennedy School. Link para o lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2578815025838749">http://lattes.cnpq.br/2578815025838749</a></p> <p><b>Hugo Wilken Maurell</b> Procurador do Estado, pós-graduado em Direito Tributário e Planejamento Tributário pela FGV/RJ. Certificado em Política Tributária Comparada pela Harvard Kennedy School. Ex-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa. Ex-Assessor Jurídico da Sefaz/RJ. Professor de Direito Tributário da ESAP/PGE-RJ.</p> <p><b>Flávia Romano de Rezende</b> Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na 17ª Câmara Cível Membro do Fórum permanente de Direito Empresarial. Vice-Presidente do Fórum Permanente de Direito Tributário. Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Possui certificação Formação de Formadores/ENFAM. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/0225005473081010">http://lattes.cnpq.br/0225005473081010</a></p> <p><b>Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa</b> Juiz de Direito do TJRJ. Master of Laws (Harvard Law School, EUA). Mestre em Direito (UERJ). Professor de Direito processual civil, Administrativo e Constitucional. Produção acadêmica focada em análise econômica do Direito.</p> <p><b>Leticia D'Aiuto De Moraes Ferreira Michelli</b> Juíza de Direito do TJRJ. Pós-graduada em Direito Público e Privado pela EMERJ. Mestre em Direito e Saúde pela ENSP – Fiocruz. Formadora pela ENFAM.</p> <p><b>Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos</b> Juiz de Direito do TJRJ. Formador pela ENFAM.</p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>Metodologia participativa por meio do ensino teórico aliado a aspectos do cotidiano das varas criminais, tais como fatos do dia a dia, jurisprudência e questões complexas propostas para discussão. As aulas serão em parte expositiva-dialogadas com a utilização da metodologia ativa de Brainstorm para a avaliação diagnóstica do conhecimento prévio dos alunos ao início de cada aula/tema e uso do Estudo de caso para a reflexão e proposição de resolução a partir de hard cases, conforme a descrição dos tempos destinados para cada atividade.</p>

	O curso será na modalidade semipresencial, com 4 aulas presenciais em sala de aula (16 horas), atividades prévias de leitura e um período de avaliação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (4 horas).
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<b>Aula 1</b>  <b>Dia:</b> <b>05/04/2024</b>  <b>Hora:</b> <b>9h às 13h</b>  <b>Carga horária: 4 horas presenciais</b>	<b>Tema: Jurisprudência atualizada de tributos municipais</b>  <b>Conteúdo programático:</b> Temas de tributos municipais submetidas aos tribunais superiores.  <b>Docente:</b> Andrea Veloso Correia  <b>Mediador:</b> Juiz Bruno Bodart  <b>Metodologia e avaliação:</b> Brainstorm (30 min.); Aula expositiva-dialogada (40 min.); Rotação por estação com debate do material disponibilizado (40 min.); Aula expositiva dialogada (40 minutos), Estudo de caso (80 min.); Sistematização (10 min.).
<b>Aula 2</b>  <b>Dia:</b> <b>05/04/2024</b>  <b>Hora: 14h às 18h</b>  <b>Carga horária: 4 horas presenciais</b>	<b>Tema: Jurisprudência atualizada de tributos estaduais</b>  <b>Conteúdo programático:</b> Aproveitamento de créditos de ICMS sobre bens de uso e consumo, distinção entre crédito físico e crédito financeiro e controvérsias a respeito de garantias judiciais.  <b>Docente:</b> João Paulo Melo do Nascimento.  <b>Mediador:</b> Des. Flávia Rezende Romano  <b>Metodologia e avaliação:</b> Brainstorm (30 min.); Aula expositiva-dialogada (40 min.); Rotação por estação com debate do material disponibilizado (40 min.); Aula expositiva dialogada (40 minutos), Estudo de caso (80 min.); Sistematização (10 min.).
<b>Aula 3</b>  <b>Dia:</b> <b>08/04/2024</b>  <b>Hora: 9h às 13h</b>	<b>Tema: Jurisprudência atualizada de tributos estaduais</b>  <b>Conteúdo programático:</b> ADC 49, modulação de efeitos, coisa julgada tributária, benefícios fiscais em ICMS e FECPE.  <b>Docente:</b> Hugo Wilken Maurell

<p><b>Carga horária: 4 horas presenciais</b></p>	<p><b>Mediador:</b> Juíza Leticia D'Aiuto De Moraes Ferreira Michelli</p> <p><b>Metodologia e avaliação:</b> Brainstorm (30 min.); Aula expositiva-dialogada (40 min.); Rotação por estação com debate do material disponibilizado (40 min.); Aula expositiva dialogada (40 minutos), Estudo de caso (80 min.); Sistematização (10 min.).</p>
<p><b>Aula 4</b></p> <p><b>Dia:</b> <b>08/04/2024</b></p> <p><b>Hora: 14h às 18h</b></p> <p><b>Carga horária: 4 horas presenciais</b></p>	<p><b>Tema: Jurisprudência atualizada de tributos estaduais</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Diferencial de alíquota de ICMS, legalidade e anterioridade tributária, ICMS energia elétrica, seletividade, demanda contratada e TUSD/TUST.</p> <p><b>Docente:</b> Nilson Furtado de Oliveira Filho</p> <p><b>Mediador:</b> Juiz Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos</p> <p><b>Metodologia e avaliação:</b> Brainstorm (30 min.); Aula expositiva-dialogada (40 min.); Simulação (60 min.); Aula expositiva dialogada (40 minutos), Estudo de caso (60 min.); Sistematização (10 min.).</p>
<p><b>Material no AVA</b></p> <p><b>Período: 05 a 10/04</b></p> <p><b>Carga horária: 3 horas</b></p>	<p><b>Aula 1:</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tema 1.124 RG do STF – Leading case: STF, Rel. Min. André Mendonça, ARE 1294969;</li> <li>- Tema 1.113 do STJ – Leading case: STJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, REsp 1937821/SP;</li> <li>- Tema 1.158 STJ – Leading cases: STJ, Rel. Assusete Magalhães, REsp 1949182/SP; STJ, Rel. Assusete Magalhães, REsp 1959212/SP e STJ, Rel. Assusete Magalhães, REsp 1982001/SP</li> </ul> <p><b>Aula 2:</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tema 633 RG do STF – Leading case: STF, Rel. Min. Dias Toffoli, RE 704815.</li> </ul> <p><b>Aula 3:</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- STF, Rel. Min. Edson Facchin, ADC 49.</li> <li>- STF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, ADI 5635.</li> <li>- STF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, RE 576.283.</li> </ul> <p><b>Aula 4:</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tema 986 do STJ – Leading cases: STJ, Rel. Min. Herman Benjamin, EREsp 1163020/RS; STJ, Rel. Min. Herman Benjamin, REsp 1699851/TO; etc.</li> <li>- Tema 1.093 RG do STF – Leading case: STF, Rel. Min. Dias Toffoli, RE 1287019.</li> <li>- Tema 517 RG do STF – Leading case: STF, Relator Min. Edson Facchin, RE 970821.</li> <li>- Tema 1284 RG do STF – Leading case: STF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso.</li> <li>- STF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, ADI 5635.</li> <li>- STF, Rel. Min. Edson Facchin, RE 593824.</li> <li>- Tema 745 RG do STF – Leading case: STF, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. do acórdão Min Dias Toffoli, RE 714139.</li> </ul>
<p><b>Módulo de Avaliação final</b></p> <p><b>08 a 10/04</b></p> <p><b>Carga horária: 1 hora</b></p>	<p>Estudo de caso final</p> <p>Registro Reflexivo</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p><b>AVALIAÇÃO</b></p> <p><b>(100 pontos)</b></p>	<p>Presença e participação nas aulas: 80 pontos</p> <p>Atividades avaliativas no AVA: 20 pontos</p>
<p><b>CERTIFICAÇÃO</b></p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

